

Pressão política sobre credores

A negociação governo a governo, proposta na carta que o presidente Figueiredo enviou ao presidente Reagan, em resposta à carta recebida do chefe do governo norte-americano, insere-se no esforço de preparar condições globais que favoreçam as negociações técnicas que se desenvolverão, obrigatoriamente no nível bilateral, entre o Brasil e seus credores — os bancos internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris.

A observação foi feita, ontem, pelo chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Planejamento, embaixador José Botafogo Gonçalves, para quem a carta do presidente Figueiredo dá sequência às iniciativas mais recentes, como o protesto dos presidentes da Argentina, Bolívia Colômbia e México contra a alta dos juros externos; a comunicação aos sete industrializados que se reuniram em Londres e o Encontro dos Onze, em Cartagena.

Botafogo acrescentou que esses esforços de negociação terão prosseguimento, com nova reunião dos latino-americanos, em setembro, em Buenos Aires, o encontro do Grupo dos 24 e a assembléia geral conjunta do Banco Mundial e do FMI, também em setembro.

Explicou o embaixador que a negociação política sempre existiu, dentro de sua área própria, e a cada momento poderá surgir uma iniciativa nova, dentro do esforço comum para que sejam encontradas alternativas capazes de melhor viabilizar as negociações bilaterais de natureza técnica, ou seja, a discussão sobre o refinanciamento da dívida junto aos credores.

No âmbito político, o propósito é demonstrar aos governos dos países credores as dificuldades que os devedores terão de enfrentar para servir a sua dívida, caso permaneçam em elevação as taxas de juros e o comércio internacional seja bloqueado pela exacerbação do protecionismo. Interessa, em última instância, a criação de condições propícias às negociações que favoreçam ambos os lados.

O professor de economia e diretor da Corretora Levy, Roberto Castello Branco, afirmou ontem que a pressão política realizada pelo presidente Figueiredo junto ao presidente dos Estados Unidos é indispensável para os países endividados, porque a solução não pode ficar restrita somente aos países devedores e à comunidade financeira internacional.

Castello Branco mostrou que os cinco maiores devedores da América Latina (Brasil, México, Argentina, Venezuela e Chile), juntos, passaram de um déficit de US\$ 30 bilhões em 1981 para um superávit de US\$ 2 bilhões no ano passado, realizando um enorme esforço de ajustamento que tem sido sistematicamente perdido, porque os Estados Unidos nada têm feito para superar seu próprio déficit e arrumar sua casa. Dessa forma, com a alta dos juros nos mercados internacionais, os esforços dos países endividados são inúteis.

Além disso, Castello Branco lembra que os países industrializados têm apelado para o protecionismo, o que impede o aumento das nossas exportações. Com a democratização dos regimes políticos na América Lati-

na, entende Castello Branco que é fundamental que os países latinos procurem fazer pressão e demonstrar aos Estados Unidos que a única solução possível é a de renegociar essa dívida externa e ter maior flexibilidade para com as nações devedoras.

Castello Branco disse que tem notado uma atitude mais favorável por parte dos representantes dos grandes bancos norte-americanos, temerosos que a inadimplência de algumas nações devedoras possa causar um impacto muito grande na economia norte-americana.

Solução política

O empresário Sérgio Quintella, diretor vice-presidente da Montreal Engenharia, também considerou correto e muito importante o esforço que o presidente Figueiredo vem retomando, através do Itamaraty, para a solução do problema da dívida externa, negociando diretamente com o presidente Reagan dentro da linha política iniciada com seu pronunciamento na ONU.

Sérgio Quintella acha que o problema do endividamento tem de ser tratado de forma política entre as nações, e não entre a comunidade financeira internacional e os países devedores, "porque a aritmética da dívida externa é impossível de ser realizada e os próprios banqueiros norte-americanos querem uma solução política". Ele não considera viável a manutenção da atual política econômica por muito mais tempo, uma vez que a capacidade de redução do consumo interno e da formação de poupança interna está atingindo limites intoleráveis.